

**EDITAL**  
**CHAMADA PÚBLICA Nº \_002/2022**  
**PROCESSO Nº 6480/2021**

**4ª CHAMAMENTO PÚBLICO**

**1. DO OBJETO**

**1.1** O presente Chamamento Público tem por objetivo em Contratação de 2 empresas especializadas no ramo de avaliação imobiliária para a execução de serviços de confecção de Laudo de avaliação imobiliária relativo a área dada como garantia durante a assinatura do TAC.INEA 02/2014.

**SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES**

**DIA: : 28/02/2023**

**HORA: 15H**

**LOCAL:** Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 — Centro — Paracambi RJ.

**ANEXOS:**

- I - Minuta do Termo de Compromisso;
- II - Modelo de Requerimento de inscrição;
- III - Especificação do Objeto.

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro VANIA ABBES DE ALMEIDA e equipe de apoio Gilcea Bitencourt Rodrigues, Charles de Deus Silva, Leonardo de Moraes Vianna Távora Novais, Ticiane dos Santos Sarubi e Luciane Maria Gomes Alfeld Cruz designados pela Portaria nº 133/2022 de 05 de maio de 2022 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando na modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO**, de conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e 4.481/2017, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

**2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** Avaliação do valor do mercado da Terra nua da área do Núcleo Industrial Cabral para determinar o tamanho da área a ser ofertada ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) como garantia no atendimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A área total de onde será desmembrada a área de interesse, situa-se às margens da RJ-127, bairro Cabral, município de Paracambi/RJ, denominada de Sítio Cardoso com área de 1.723.510,55 m² (matrícula 0.005), registrada no Cartório de 1º Ofício de Paracambi em nome do Município de Paracambi.

**3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**3.1** Poderão ser solicitados esclarecimentos acerca do objeto deste edital até 03 (três) dias úteis anteriores ao prazo para a entrega da **DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** para representação do Município em Chamadas Públicas junto as imobiliárias do Estado do Rio de Janeiro, até as 16 horas (**vide item 7, 7.1**), desde que por escrito, encaminhado a Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 - Centro - Paracambi - RJ.

**3.2** Caberá à Comissão Permanente de Licitação, responder aos pedidos de esclarecimentos, no prazo de até **01 (um) dia**, antes do encerramento do prazo para a entrega da **DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** pelas imobiliárias interessadas.

**3.3** A resposta aos pedidos de esclarecimentos será através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: **[cpmpmpparacambi@gmail.com](mailto:cpmpmpparacambi@gmail.com)**, na parte relativa às licitações, e quem tiver interesse na participação futura deste procedimento, deverá acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

#### **4. DA FINALIDADE**

**4.1** Laudo Técnico para avaliação imobiliária de acordo com a NBR 14653-3 (Avaliação de Imóveis Rurais) para determinação do tamanho da área a ser ofertada como garantia no atendimento ao **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC INEA nº002/2014**, Processo nº E07/504.108/11, para a emissão da licença ambiental do Núcleo Industrial do Bairro Cabral, para a produção do Plano de Recuperação Ambiental de Área Degradada – PRAD. O valor do contrato é de R\$ 3.404.691,52 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)

**4.2** Apresentação de Laudo de avaliação de bens de imóveis no padrão ABNT confeccionada por 3 empresas distintas, onde as 3 se comprometem a realizar o estudo pelo valor ofertado.

#### **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

**5.1** Poderão participar da presente **CHAMADA PÚBLICA** todas as Empresas especializadas no ramo de avaliação imobiliária para a execução de serviços de Laudo de avaliação imobiliária relativo a área dada como garantia durante a assinatura do TAC.INEA 02/14.

**5.2** Todos os custos decorrentes da participação nos Chamamentos Públicos serão de inteira responsabilidade das Instituições participantes.

**5.3** Não poderão participar deste procedimento de seleção:

- a) Instituições declaradas inidôneas pelo Poder Público nas esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal;
- b) Instituições que estejam cumprindo sanções aplicadas pela Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Paracambi;

**5.4** É vedada a qualquer pessoa jurídica, representação de mais de uma empresa no procedimento de seleção.

#### **6. DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO E INTERESSE.**

**6.1 A DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE**, endereçado à Comissão Permanente de Licitação deverá ser apresentada no prazo de **até 24 horas anterior a data de entrega dos envelopes**, a contar da publicação deste edital de chamada pública, Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 - Centro - Paracambi/RJ, na forma do item 6.2.

**6.1.1 A DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** poderá facultativamente ser enviada para o email **[cpmpmpparacambi@gmail.com](mailto:cpmpmpparacambi@gmail.com)**, com posterior envio do original, nos moldes dispostos no item 6.1, desde que observado, quanto a este último, o prazo de **até 24 horas anterior a data de entrega dos envelopes** a contar da publicação deste edital de chamada pública.

**6.2 A DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** deverá conter a qualificação completa, que permita a identificação do **REQUERENTE** e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

- a) nome completo e CNPJ da empresa interessada;

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

- b) cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do Código Civil, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) endereço; e
- h) endereço eletrônico;

**6.3** Junto à **DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE** devem ser apresentados os seguintes documentos EM ENVELOPE LACRADO::

I. Demonstração de experiência na realização de Projetos de Eficiência Energética junto às concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro;

II. Ficha de Inscrição, devidamente preenchida - (Anexo II);

III. Contrato social;

IV. Demonstração da regularidade fiscal e trabalhista mediante:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PCFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a e d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) Caso o proponente esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: Apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o proponente, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) certificado de Regularidade do FGTS — ART e CREA;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

**6.4** Qualquer alteração da qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada a forma do item 6.1.

**6.5** Caso a DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE seja subscrita por procurador, deverá ser anexada procuração outorgando poderes ao subscritor para a sua apresentação.

**6.6** As DECLARAÇÕES DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Que não atenderem o disposto neste edital serão desclassificadas do processo, assim como aquelas encaminhadas após o limite temporal estabelecido no item 6.1.

**6.7** Após o decurso do prazo temporal também não serão aceitos adendos ou pedidos de esclarecimentos.

**6.8** Documentação comprobatória da elaboração de projetos, diagnósticos ou laudos de avaliação de imóveis dos profissionais vinculados à participante, tais como:

**6.8.1** Certidão de Qualificação Técnica da empresarial ou do Técnico Responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação.

**6.8.2** Comprovação de possuir, em seu quadro permanente, os profissionais que forneceram os documentos. Tal comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) contrato social;
- b) ficha de empregado;
- c) contrato de trabalho;
- d) registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- e) contrato particular de prestação de serviços.

## **7. DA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1** A sessão de recebimento e abertura dos envelopes, contendo os documentos elencados no item 6 deste edital, será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes com quinze minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, e desenvolver-se-á da seguinte forma:

**7.1.1** Os representantes presentes serão identificados;

**7.1.2** Após identificação dos participantes presentes, a sessão será declarada aberta pela Presidente da Comissão Permanente de Licitações, e a partir de então não se admitirá mais novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes;

**7.1.3** Haverá o recolhimento dos envelopes contendo documentos;

**7.1.4** Serão abertos os envelopes recebidos na sessão e os encaminhados pelos correios para conferência e posterior rubrica pela Presidente da Comissão de Licitação e proponentes que estiverem presentes;

**7.1.5** Será feita análise da conformidade com as exigências do Edital;

**7.1.6** Proceder-se-á à classificação dos proponentes para fins de julgamento, observando-se as prescrições do item 7 deste edital.

**7.2** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e proponentes presentes.

## **8. DA SELEÇÃO DAS EMPRESAS INTERESSADAS**

**8.1** Empresas especializadas no ramo de avaliação imobiliária, para execução de serviços de confecção de laudo relativo a área dada como garantia durante a assinatura do TAC.INEA 02/14.

**8.2 Serão selecionadas as DUAS melhores propostas classificadas em ordem crescente pela pontuação final obtida na avaliação de mérito.**

**8.3** A comprovação da qualificação técnica da proponente será realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

**8.4** A comprovação da qualificação da equipe institucional será realizada mediante apresentação de atestado de responsabilidade técnica registrado na entidade profissional competente em nome de profissional.

**8.5** O(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao item 8.4 deverá(o) participar, necessariamente da elaboração dos projetos e somente poderão ser substituídos por profissionais de igual qualificação.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1** As empresas interessadas poderão interpor recurso, por escrito, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da publicação do resultado do procedimento.

**9.2** A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais INTERESSADOS, que poderão impugná-los no prazo de **03 (três) dias úteis**, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.3** Os recursos serão dirigidos a Comissão Permanente de Licitação que poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo, devidamente informado, subir para decisão final.

**9.4** Os recursos e contra-razões deverão ser apresentados na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emilio Carmo, 50 - Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10h às 16h, ou facultativamente por meio eletrônico no seguinte endereço: **cplpmpparacambi@gmail.com**, respeitados os prazo definidos nos itens 9.1 e 9.2.

## **10 – DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO E SUA VIGÊNCIA.**

**10.1** Assim que divulgado o resultado do procedimento de seleção, e após vencidos os prazos recursais, a instituição vencedora será convocada pela Comissão Permanente de Licitação, para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura do Termo de Compromisso.

**10.2** A convocação de que trata o subitem anterior deverá, obrigatoriamente, ser atendida no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à celebração do Termo de Compromisso.

**10.3** É facultado a Comissão Permanente de Licitação, quando o convocado não assinar o Termo no prazo e nas condições estabelecidas no item 10.2.

**10.4** A empresa contratada deverá garantir pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do código Civil Brasileiro.

**10.5** A re-execução de serviços e a substituição de materiais que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a PMP e acarretarão e reabertura dos respectivos prazos de garantia.

**10.6** O prazo para a execução dos serviços objeto desta licitação será de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de assinatura do Contrato, com eficácia legal após a publicação do respectivo extrato do Diário Oficial de Paracambi, podendo ser prorrogado na forma do art.57 da Lei nº8.666/93, observando-se o disposto nos §§ 1º e 2º do referido artigo, mediante justificativa e manifestação expressa das partes.

## **11 - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**11.1** Os pedidos de esclarecimentos e ou impugnações referentes ao edital e ao procedimento de seleção deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação, por escrito, no prazo de até **02 (dois) dias úteis** anteriores à data da sessão pública, podendo ser encaminhadas para o email: **cplpmppparacambi@gmail.com** ou entregues diretamente na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emilio Carmo, 50 - Centro - Paracambi/RJ.

## **12. PENALIDADES**

**12.1** Ensejarão cancelamento do Credenciamento e impedimento de contratar com a Administração durante a vigência do presente processo de Credenciamento, as seguintes ocorrências praticadas pelas empresas credenciadas:

a) Recusa injustificada em assinar o Termo de Compromisso, bem como em apresentar projeto e assinar contratos e executá-los nas chamadas públicas das concessionárias de energia elétrica;

b) Não manutenção das condições previstas neste Edital e no Termo de Referência, inviabilizando a contratação.

**12.2** A critério da Prefeitura, poderá ser aplicada penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das outras sanções previstas neste Edital, nos seguintes casos:

a) Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos do Credenciamento;

b) Condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) Prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

**12.3.** Poderá ainda ser aplicada a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do inciso IV e parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8.666/93, que será proposta à Prefeita, na ocorrência dos casos do art. 88 da Lei.

**12.3.1.** A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A reabilitação será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

**12.4.** Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

**12.5.** As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

### **13. DOS PRAZOS**

Data final para envio da proposta e documentação complementar – 20 de Outubro de 2022 Prazo da Representação - exercício de **2022/2023**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 Este Edital será divulgado, no Diário Oficial do Município e Jornal de grande Circulação, bem como no Portal <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/>.

14.2 Este procedimento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro.

14.3 Os prazos estabelecidos neste edital poderão ser prorrogados a critério do da Comissão Permanente de Licitação.

14.4 Ocorrendo ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, estes ficarão automaticamente adiados para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

15.5. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta; Cadastro Nacional, de Condenações Civis por Atos de Improbidade Administrativa,

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

15.6. Cadastro Nacional das Empresas inidôneas e Suspensas CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)

15.7. Cadastro Inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>

15.8 A participação na presente seleção implica a concordância tácita, por parte do interessado, com todos os termos e condições do presente Edital.

15.9 Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.10. São partes integrantes deste Edital:

- a) Termo de Compromisso (Anexo I);
- b) Modelo de Requerimento de Inscrição (Anexo II); e
- c) Detalhamento das Especificações do Objeto (Anexo III)

Paracambi, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**Responsável pela Elaboração**

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO I**

**MINUTA - TERMO DE COMPROMISSO**

Pelo presente Termo de Compromisso, a empresa \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_ o com sede na rua \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu Sócio administrador, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ COMPROMETE-SE em realizar, dentro das exigências normativas e de boas práticas, a avaliação imobiliária para execução de serviços de confecção de Laudo de avaliação imobiliária relativo a área dada como garantia durante a assinatura do TAC.INEA 02/14, atendendo a **CHAMADA PÚBLICA**\_\_\_\_\_/2022. Acompanhando até execução final, se for o caso, na forma e nos prazos a serem previamente ajustados entre seus técnicos e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, observando que a realização do diagnóstico de **AValiação Imobiliária** não acarretarão qualquer contrapartida financeira por parte deste Município.

Paracambi, \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

**Representante da Empresa**  
**CNPJ**



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO II**

**MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

Ao Senhor Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Prefeitura do Município de Paracambi, CNPJ 29.138.294-0001-02 localizado Rua: Juiz Emilio Carmo, 50 – centro – Paracambi/RJ, email [cplpmpparacambi@gmail.com](mailto:cplpmpparacambi@gmail.com), representado(a) neste ato pelo(a) Sr (a) (nome do representante da Instituição) CPF: \_\_\_\_\_, na forma do Edital de Chamamento Público no \_\_\_\_/2022, vem manifestar interesse em firmar acordo para execução de serviços de Elaboração de Laudo Imobiliário, conforme os termos descrito no edital. Neste ensejo, caso nossa entidade seja selecionada, indico o(a) Sr(a) (nome do recebedor pela instituição) CPF: \_\_\_\_\_ matrícula: \_\_\_\_\_ telefone de contato no \_\_\_\_\_ para representar a empresa nas tratativas.

Nestes Termos,  
Espera deferimento.

Paracambi, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /20 \_\_\_\_.

Assinatura  
Nome / Cargo  
CNPJ

### **ANEXO III**

#### **DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

##### **DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Contratação de 3 empresas especializadas no ramo de avaliação imobiliária para a execução de serviços de confecção de Laudo de avaliação imobiliária relativo a área dada como garantia durante a assinatura do TAC.INEA 02/14.

##### **DA JUSTIFICATIVA**

##### **OBJETO DA AVALIAÇÃO**

Avaliação do valor de mercado da Terra nua da área do Núcleo Industrial Cabral para determinar o tamanho da área a ser ofertada ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) como garantia no atendimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A área total de onde será desmembrada a área de interesse, situa-se às margens da RJ-127, bairro Cabral, município de Paracambi/RJ, denominada de Sitio Cardoso com área de 1.723.510,55 m<sup>2</sup> (matricula 0.005), registrada no Cartório de <sup>10</sup> Ofício de Paracambi em nome do Município de Paracambi.

##### **FINALIDADE**

Laudo técnico para avaliação imobiliária de acordo com a NBR 14653-3 (Avaliação de Imóveis Rurais) para determinação do tamanho da área a ser ofertada como garantia no atendimento ao TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC INEA nº 002/2014, Processo nº E07/504.108/11, para a emissão da licença ambiental do Núcleo Industrial do Bairro Cabral, para a produção do Plano de Recuperação Ambiental de Área Degradada — PRAD. O valor do contrato é de R\$ 3.404.691,52.

##### **Laudo de Avaliação:**

**Apresentação de laudo de avaliação de bens de imóveis no padrão ABNT com participação de até 3 classificadas para apresentação de estudo com menores valores ofertados.**

##### **DAS DEFINIÇÕES**

**Administração Pública:** a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e das Fundações por ele instituídas ou mantidas.

**Contratada:** empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou contrato.

**Projeto Básico:** peça que descreve a prestação dos serviços, que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes a serem adotados pela CONTRATADA.

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

Além das consagradas pelo uso, as seguintes expressões e abreviaturas serão utilizadas nestas Especificações:

**PMP** - Prefeitura Municipal de Paracambi

**SECPLAN** - Secretaria Municipal de Planejamento

**FISCALIZAÇÃO** - Engenheiro civil ou arquiteto da SECPLAN

**LICITANTES** - Empresas participantes do Processo de Licitação, objeto destas Especificações.

**CONTRATADA** - Empresa responsável pela execução da obra.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**5.1** — A fiscalização da execução dos serviços será feita por engenheiro ou arquiteto da SECPLAN;

**5.2** — Os serviços serão medidos conforme os itens da planilha orçamentaria em anexo;

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

Designar Preposto, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato.

O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA.

O preposto designado deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular) com o fiscal do serviço, devendo atender aos chamados da SECPLAN, no prazo máximo de 3 (três) horas.

Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para os docentes e alunos, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados.

Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à Prefeitura de Paracambi a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato.

Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.

Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do SEMOSP, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

Descrição dos serviços realizados.

Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.

Informar a Fiscalização, para efeito de controle de acesso as suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle.

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a PMP.

Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos a CONTRATADA.

Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.

Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pela PMP.

Apresentar por ocasião da execução dos serviços a serem prestados à PMP a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei 13.309 de 09 de agosto de 2010:

- *Art 127, § 4º, Lei 13.309 de 09 de agosto de 2010.*
- "Devera constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referenda, nos termos deste artigo"

- Realizar todas as transações comerciais necessárias a execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a previa autorização da PMP.
- Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

Os serviços deverão ser executados por mão de obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis. Deverão obedecer rigorosamente as instruções contidas neste Termo de Referência, bem como as contidas nas disposições cabíveis no Código de Obras de Paracambi, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras.

A CONTRATADA devera ter a frente dos serviços, um profissional devidamente habilitado (Responsável Técnico), além de ter um Encarregado de Atendimento, bem como pessoal especializado nas diversas atividades para acompanhamento das demandas, cujos nomes deverão ser informados à SECPLAN por ocasião do início dos trabalhos.

A CONTRATADA devera cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados.

- A CONTRATADA devera prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.
- A CONTRATADA devera arcar com o Ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 10 do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- A CONTRATADA devera utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

E ainda obrigação da CONTRATADA:

a) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

b) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo como poluente e o tipo de fonte;

2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

c) Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo a categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa a categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

d) Aceitar que a Administração Pública não se vincula as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

e) Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e à aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

f) Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

g) Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

h) Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

i) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

j) Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras — CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993.

- Notificar, por escrito, a CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a Contratada possa executar os serviços dentro das especificações

Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis.

- Ceder a CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a mesma responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.

## **8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

a) A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

b) O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos a contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo a fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, a conclusão de todos os testes de campo e a entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

2. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

--

2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação a fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhados ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o item acima não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

c) No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

e) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

## **9. FISCALIZAÇÃO**

a) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que

b) será exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

c) O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

d) c) A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

d) A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar a autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual a produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 10 do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

e) A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

f) O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

g) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto as obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

h) As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas a Gestão do Contrato.

i) A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilize com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

j) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

l) Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

m) O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

n) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

o) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

p) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação a qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções a CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

q) O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

r) A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

s) No caso de obras, cumpre, ainda, a fiscalização:

1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

1.2. a concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

1.3. a concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

1.4. aos depósitos do FGTS; e

1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato; solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

2. oficiar os Órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

t) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

u) O fiscal técnico será designado mediante Portaria.

## **10. PRAZO DA CONTRATAÇÃO**

O prazo para a execução dos serviços objeto desta licitação será de 30 (Trinta) dias, contado a partir da data de assinatura do Contrato, com eficácia legal após a publicação do respectivo extrato, do Diário Oficial de Paracambi, podendo ser prorrogado



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto nos §§ 1º e 2º do referido artigo, mediante justificativa e manifestação expressa das partes.

## 11. DOS PREÇOS

O valor global máximo para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 23.582,24 (Vinte e três mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos)**. Valor este por empresa.

## 12. GARANTIA

A empresa contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

A reexecução de serviços e a substituição de materiais que estejam acobertados pela garantia não implicarão Ônus para a PMP e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.

## 13. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

1. constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
2. o prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
3. não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos Órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
4. persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada a contratada a ampla defesa;
5. havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação;
6. somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver em irregularidade fiscal.

- O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do orgao contratante;
4. o período de prestação de serviços;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, sob o ônus para a Contratante;

- Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1. não produziu os resultados acordados;
2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Nota Explicativa: Para que seja possível efetuar a glosa, é necessário definir, objetivamente, no IMR ou instrumento equivalente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP := Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \cdot I = \frac{6}{100} \cdot I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 14. FUNDAMENTO LEGAL

Lei 8.666/93; Lei 8.078/90; Lei 10.048/2000; art. 11 e ss. da Lei 10.098/2000; art. 56 da Lei 13.146/2015; NBR aplicável sobre acessibilidade (NBR 9050); normas de saúde e segurança do trabalho; Resolução do Conselho Municipal de Código de Obras Municipal (Lei 582/2001); Lei 12.305/2010 e demais legislações e normas ambientais, NBR 14645 e anexos; NBR 16636 e anexos; NBR aplicável sobre playground (NBR 14350-1:1999), etc.

#### 15. DAS SANÇÕES

a) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação
2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. comportar-se de modo inidôneo; ou

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

5. cometer fraude fiscal.

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

**1. Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**2. Multa de:**

- 0,1% (um décimo por cento) ate 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 0,1% (um décimo por cento) ate 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- 0,1% (um décimo por cento) ate 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizara a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

- Sera considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida à ordem bancaria para pagamento.

- Antes de cada pagamento a contratada, sera realizada consulta ao órgão de licitação para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

- Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- Previamente a emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao órgão de licitação para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante devera comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, ate que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão de licitação.

- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente quanto a manutenção das condições de habilitação, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse publico de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- Quando do pagamento, sera efetuada a retenção tributaria prevista na legislação aplicável.

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

Nota Explicativa: Atentar que a natureza do contrato e o objeto da contratação que irão determinar a retenção tributária eventualmente cabível, bem como a possibilidade de a empresa se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.

- No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações, a contratante comunicará o fato a contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

- Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

- O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

2.1. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre Si.

**3. Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com o Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**4. Declaração** de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

c) As sanções previstas nos subitens 1, 3 e 4 poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

d) Para efeito de aplicação de multas, as infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1		
GRAU	CORRESPONDENCIA	
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato	

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Comissão Permanente de Licitação

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; Suspende ou interrompe, salvo motivo de força maior;	
2	ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por Unidade de atendimento;	
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	

1

05

04

03

02



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Secretaria de  
Planejamento

**Para os itens a seguir, deixar de:**

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda as necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

#### **16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

E admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **17. DA VISITA TÉCNICA**

Nos termos da Súmula 01 do TCE/RJ, é facultado aos licitantes a visita técnica no local da obra, devendo os participantes do certame apresentar termo de declaração formal de que a empresa tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço. As dúvidas técnicas sobre o projeto poderão ser tiradas junto à Secretaria de Planejamento nos dias úteis, das 09h às 12h e das 14h às 17h, situada na sede da Prefeitura Municipal, Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, centro.

Paracambi, 03 de Setembro de 2021.

Aprovo o Termo de Referência e determino o prosseguimento:

**JOÃO AILTON GOMES GONÇALVES**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.